



Hélio Gustavo Alves

Guia prático dos

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA
REFORMA DA PREVIDÊNCIA
(EC 103/2019)

3^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 15.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Alves, Hélio Gustavo

Guia Prático dos Benefícios Previdenciários: análise constitucional da reforma da previdência (EC 103/2019) / Hélio Gustavo Alves. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9366-5

1. Previdência social – Legislação – Brasil. 2. Seguridade social – Legislação – Brasil. I. Título.

21-69973

CDU: 349.3(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XXIX
CAPÍTULO I – CONTRIBUINTES DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1
1.1. Dos segurados.....	1
1.1.1. Obrigatórios.....	1
1.1.2. Empregado	2
1.1.3. Empregado doméstico	4
1.1.4. Contribuinte individual	5
1.1.5. Trabalhador avulso	7
1.1.6. Segurado especial.....	8
1.1.7. Facultativos.....	9
1.1.8. Da filiação e inscrição	10
1.1.9. Do segurado obrigatório.....	10
1.1.10. Do segurado facultativo.....	11
1.1.11. Das pessoas jurídicas	11
1.1.12. Dos dependentes	12
1.1.13. Da perda da qualidade de dependente.....	15
1.1.13.1. Da qualidade de segurado.....	16
1.1.13.2. Da manutenção da qualidade de segurado	16
1.1.13.3. Da perda da qualidade de segurado	17
1.1.13.4. Do restabelecimento da perda da qualidade de segurado.....	18
CAPÍTULO II – DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RGPS APÓS A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.....	23
2.1. Do auxílio por incapacidade temporária.....	23
2.1.1. Diploma legal	23

2.1.2.	Conceito	23
2.1.3.	Carência.....	23
2.1.4.	Critério material.....	24
2.1.5.	Da perícia médica.....	25
2.1.6.	Critério temporal	26
2.1.6.1.	Data do início do benefício	26
2.1.6.2.	Do auxílio por incapacidade temporária e a empresa.....	27
2.1.6.3.	Data da cessação.....	29
2.1.7.	Do critério espacial.....	30
2.1.8.	Da doença preexistente	30
2.1.9.	Do segurado preso.....	30
2.1.9.1.	Da inconstitucionalidade da exclusão do auxílio por incapacidade temporária para presos em regime fechado.....	33
2.1.10.	Auxílio por incapacidade temporária em mais de uma atividade laboral.....	35
2.1.11.	Critério quantitativo	36
2.1.12.	Resumo pela regra-matriz	37
2.1.13.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	39
2.2.	Da aposentadoria por invalidez – após a EC 103 e o Decreto 10.410/2020, Com a nova nomenclatura: aposentadoria por incapacidade permanente.....	40
2.2.1.	Diploma legal	40
2.2.2.	Conceito	40
2.2.3.	Risco de cobertura.....	40
2.2.4.	Da carência.....	40
2.2.5.	Do critério material	41
2.2.6.	Da perícia médica.....	41
2.2.6.1.	Perícia médica obrigatória	42
2.2.7.	Critério temporal.....	43
2.2.7.1.	Data do início do benefício	43
2.2.7.2.	Data da cessação do benefício	43
2.2.8.	Da desnecessidade de perícia médica.....	43
2.2.9.	Da prestação de recuperação.....	44
2.2.10.	Do critério espacial.....	46
2.2.11.	Da doença preexistente	46

2.2.12.	Critério quantitativo	46
2.2.13.	Resumo pela regra-matriz	50
2.2.14.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	51
2.3.	Aposentadoria por idade após a EC 103 e o Decreto 10.410/2020 com nova nomenclatura: aposentadoria programada.....	52
2.3.1.	Diploma legal	52
2.3.2.	Conceito	52
2.3.3.	Carência.....	53
2.3.4.	Critério material	53
2.3.4.1.	Com a Reforma da Previdência.....	53
2.3.5.	Critério temporal.....	54
2.3.6.	Da cessação	55
2.3.7.	Critério espacial.....	55
2.3.8.	Critério pessoal.....	55
2.3.9.	Aposentadoria híbrida.....	55
2.3.10.	Critério quantitativo	56
2.3.10.1.	Critério quantitativo com a Reforma da Previdência.....	56
2.3.11.	Resumo pela regra-matriz	58
2.3.12.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	60
2.4.	Pensão por morte	61
2.4.1.	Diploma legal	61
2.4.2.	Conceito	61
2.4.3.	Carência.....	61
2.4.3.1.	Da exigência de contribuições e tempo de união marital e a limitação da pensão por morte	61
2.4.4.	Critério material.....	63
2.4.5.	Critério temporal.....	63
2.4.5.1.	Data do início do benefício	63
2.4.5.2.	Data da cessação do benefício	65
2.4.5.3.	Da suspensão do benefício	66
2.4.5.4.	Da exceção da continuidade da pensão por morte.....	66
2.4.6.	Do critério espacial.....	66
2.4.7.	Do critério pessoal.....	66
2.4.8.	Do critério quantitativo	67

2.4.8.1.	Do critério quantitativo – com a Reforma da Previdência.....	67
2.4.8.2.	Do critério quantitativo – acúmulo de benefícios – com a Reforma da Previdência	69
2.4.9.	Resumo pela regra-matriz	70
2.4.10.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	72
2.5.	Auxílio-reclusão	73
2.5.1.	Diploma legal	73
2.5.2.	Conceito	73
2.5.3.	Carência.....	74
2.5.4.	Critério material.....	74
2.5.4.1.	Prova do critério material	74
2.5.5.	Da baixa renda	74
2.5.6.	Do critério temporal.....	75
2.5.6.1.	Data de início do benefício	75
2.5.6.2.	Data da cessação do benefício	76
2.5.7.	Do critério espacial.....	78
2.5.8.	Do critério pessoal.....	78
2.5.9.	Do critério quantitativo	78
2.5.10.	Resumo pela regra-matriz	79
2.5.11.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	81
2.6.	Aposentadoria especial	83
2.6.1.	Diploma legal	83
2.6.2.	Conceito	83
2.6.3.	Carência.....	83
2.6.4.	Critério material.....	83
2.6.4.1.	Critério material – enquadramento pela atividade até 28.04.1995	83
2.6.4.2.	Critério material – enquadramento pela atividade após 28.04.1995.....	92
2.6.4.3.	Critério material – principais agentes agressivos.....	92
2.6.4.4.	Critério material acessório	93
2.6.5.	Critério temporal.....	96
2.6.5.1.	Da suspensão da aposentadoria especial.....	96
2.6.5.2.	Da cessação	97
2.6.6.	Critério espacial.....	98

2.6.7.	Critério pessoal.....	98
2.6.8.	Da comprovação da atividade especial.....	98
2.6.8.1.	Do critério temporal dos formulários de comprovação da atividade especial.....	101
2.6.9.	Da manutenção dos laudos e sua penalidade.....	102
2.6.9.1.	Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).....	103
2.6.9.2.	Das espécies de provas da atividade especial e EPI e EPC.....	103
2.6.9.3.	PPP, sua fragilidade como prova plena e a possibilidade de produzir outro meio de prova....	105
2.6.10.	Das hipóteses de conversões.....	105
2.6.10.1.	Conversão de tempo de serviço especial para especial.....	106
2.6.10.2.	Conversão de tempo de serviço especial para comum (aplicável se o direitos existir antes da reforma previdenciária, pois a hipótese de conversão não é mais possível atualmente)	107
2.6.10.3.	Conversão de tempo de serviço após a reforma.....	108
2.6.11.	Critério quantitativo.....	108
2.6.12.	Resumo pela regra-matriz.....	108
2.6.13.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	109
2.7.	Salário-família.....	111
2.7.1.	Diploma legal.....	111
2.7.2.	Conceito.....	111
2.7.3.	Da baixa renda.....	112
2.7.4.	Carência.....	112
2.7.5.	Critério material.....	112
2.7.6.	Critério temporal.....	113
2.7.6.1.	Data de início do benefício.....	113
2.7.6.2.	Do pagamento do benefício.....	113
2.7.6.3.	Da manutenção e suspensão de pagamento do benefício.....	114
2.7.6.4.	Do pagamento do benefício pela empresa/sindicato.....	115
2.7.6.5.	Data da cessação do benefício.....	115
2.7.7.	Critério espacial.....	115
2.7.8.	Critério pessoal.....	116

2.7.9.	Critério quantitativo	116
2.7.10.	Resumo pela regra-matriz	116
2.7.11.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	117
2.8.	Salário-maternidade	119
2.8.1.	Diploma legal	119
2.8.2.	Conceito	119
2.8.3.	Carência.....	119
2.8.4.	Critério material	120
2.8.4.1.	Mães biológicas	120
2.8.4.2.	Pais adotivos	120
2.8.4.3.	Pais biológicos viúvos.....	121
2.8.4.4.	Segurada(o) desempregada(o).....	121
2.8.5.	Critério temporal	122
2.8.5.1.	Data de início do benefício	122
2.8.5.2.	Data de início e forma de pagamento.....	122
2.8.5.3.	Data da cessação	129
2.8.6.	Critério espacial.....	129
2.8.7.	Critério pessoal.....	129
2.8.8.	Da cumulatividade de benefícios.....	130
2.8.9.	Critério quantitativo	130
2.8.10.	Resumo pela regra-matriz	131
2.8.11.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	133
2.9.	Auxílio-acidente	133
2.9.1.	Diploma legal	133
2.9.2.	Conceito	134
2.9.3.	Carência.....	134
2.9.4.	Critério material	134
2.9.5.	Critério temporal	138
2.9.5.1.	Da suspensão do benefício	139
2.9.6.	Critério espacial.....	139
2.9.7.	Critério pessoal.....	139
2.9.8.	Critério quantitativo	139
2.9.9.	Resumo pela regra-matriz	140
2.9.10.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	141
2.10.	Abono anual	141
2.10.1.	Diploma legal	141

2.10.2.	Critério material.....	141
2.10.3.	Critério espacial.....	142
2.10.4.	Critério pessoal.....	142
2.10.5.	Critério temporal.....	142
2.10.6.	Critério quantitativo	142
2.10.7.	Resumo pela regra-matriz	142
2.11.	Serviço social.....	143
2.11.1.	Diploma legal	143
2.11.2.	Carência.....	143
2.11.3.	Critério material.....	144
2.11.3.1.	Da prioridade	144
2.11.4.	Critério espacial.....	144
2.11.5.	Critério pessoal.....	144
2.11.6.	Resumo pela regra-matriz	145
2.12.	Habilitação ou reabilitação profissional.....	145
2.12.1.	Diploma legal	145
2.12.2.	Carência.....	145
2.12.3.	Critério material.....	145
2.12.3.1.	Lei de Cotas	147
2.12.4.	Critério espacial.....	147
2.12.5.	Critério pessoal.....	147
2.12.6.	Critério temporal.....	148
2.12.7.	Resumo pela regra-matriz	148
2.13.	Benefício de prestação continuada – Loas.....	149
2.13.1.	Diploma legal	149
2.13.2.	Conceito	149
2.13.3.	Carência.....	151
2.13.4.	Critério material.....	151
2.13.4.1.	Requisito idade.....	152
2.13.4.2.	Requisito deficiência.....	152
2.13.4.3.	Requisito da miserabilidade.....	156
2.13.5.	Objetivo do Loas.....	159
2.13.6.	Critério temporal.....	160
2.13.6.1.	Data de início do benefício	160
2.13.6.2.	Da manutenção do Loas.....	160
2.13.6.3.	Da cessação	160

2.13.7. Critério quantitativo	160
2.13.8. Critério pessoal.....	160
2.13.9. Critério espacial.....	161
2.13.10. Resumo pela regra-matriz	161
2.13.11. Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	162
2.14. Aposentadoria da pessoa com deficiência por tempo de contribuição	162
2.14.1. Diploma legal	162
2.14.2. Conceito	163
2.14.3. Critério material.....	163
2.14.4. Critério pessoal.....	163
2.14.5. Carência.....	164
2.14.6. Conversão de tempo de contribuição do deficiente.....	165
2.14.7. Critério temporal	167
2.14.7.1. Data de início do benefício	167
2.14.7.2. Data de término do benefício	167
2.14.8. Critério quantitativo	167
2.14.9. Da permanência da atividade laboral.....	168
2.14.10. Resumo pela regra-matriz	169
2.14.11. Documentos para requerer esta espécie de benefício.....	170
2.15. Aposentadoria da pessoa com deficiência por idade	170
2.15.1. Diploma legal	170
2.15.2. Conceito	171
2.15.3. Critério material.....	171
2.15.4. Critério pessoal.....	171
2.15.5. Carência.....	171
2.15.6. Aposentadoria programada híbrida da pessoa com deficiência	172
2.15.7. Critério temporal	173
2.15.7.1. Data de início do benefício	173
2.15.7.2. Data da cessação do benefício	173
2.15.8. Critério quantitativo	173
2.15.9. Resumo pela regra-matriz	174
2.15.10. Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	175
2.16. Aposentadoria por tempo de contribuição (extinta pela EC 103, em vigor somente para os segurados amparados pela regra de transição)	176

2.16.1.	Diploma legal	176
2.16.2.	Carência.....	176
2.16.3.	Critério material.....	176
2.16.3.1.	Resumo do critério material.....	182
2.16.4.	Critério temporal.....	189
2.16.4.1.	Data de início do benefício	189
2.16.4.2.	Data da cessação do benefício	189
2.16.5.	Critério espacial.....	189
2.16.6.	Critério pessoal.....	190
2.16.7.	Critério quantitativo	190
2.16.8.	Resumo pela regra-matriz	190
2.16.9.	Documentos para requerer essa espécie de benefício.....	192
2.17.	Critério quantitativo das rendas mensais dos benefícios previdenciários após a EC 103	193
2.17.1.	Dos benefícios com alíquota de 60% mais 2% após 20 anos de contribuição	194
2.17.2.	Dos benefícios com alíquota de 60% mais 2% após 15 anos de contribuição	194
2.17.3.	Dos benefícios com alíquota de 100%.....	195
CAPÍTULO III – HISTÓRIA DA PROVA.....		197
3.1.	Breve antecedente histórico da prova.....	197
3.1.1.	A religião e as ordálias.....	198
3.1.2.	As modalidades de provas na época.....	200
3.1.3.	O juramento	200
3.1.4.	Os conspurcadores.....	201
3.1.5.	Os duelos.....	201
3.1.6.	A prova testemunhal e documental da época.....	202
CAPÍTULO IV – PROVAS.....		205
4.1.	Conceito de prova.....	205
4.2.	Objeto da prova	206
4.3.	Finalidade da prova	209
4.4.	Espécies de prova ou meios de provas.....	210
4.5.	Prova direta e indireta.....	211
4.6.	Prova negativa	213

4.7. Prova emprestada	214
4.8. Prova testemunhal com enfoque no Direito Previdenciário.....	215
4.9. Prova pericial com enfoque no Direito Previdenciário.....	218
4.10. Prova documental com enfoque no Direito Previdenciário.....	220
4.11. A inversão do ônus da prova.....	220
CAPÍTULO V – ESPÉCIES DE PROVAS DE TEMPO DE SERVIÇO	223
5.1. Introdução	223
5.2. Das espécies de provas do processo administrativo e judicial	223
5.2.1. Documentos pessoais.....	224
5.2.2. Prova plena.....	224
5.2.2.1. Se empregado.....	224
5.2.2.2. Se empresário.....	225
5.2.3. Provas profissionais em geral	225
5.2.4. Provas dos profissionais liberais	227
5.2.5. Advogados	227
5.2.6. Jornalistas	228
5.2.7. Artistas, escritores, músicos, modelos e atores.....	228
5.2.8. Engenheiros, arquitetos e projetistas.....	229
5.2.9. Mercado informal: camelôs, comerciantes e outros	230
5.2.10. Médicos, dentistas e paramédicos	230
5.2.11. Motoristas de caminhão autônomos	232
5.2.12. Cabeleireiros, barbeiros e outros.....	232
5.2.13. Corretores (formais ou informais) de imóvel ou seguros em geral	232
BIBLIOGRAFIA	235